

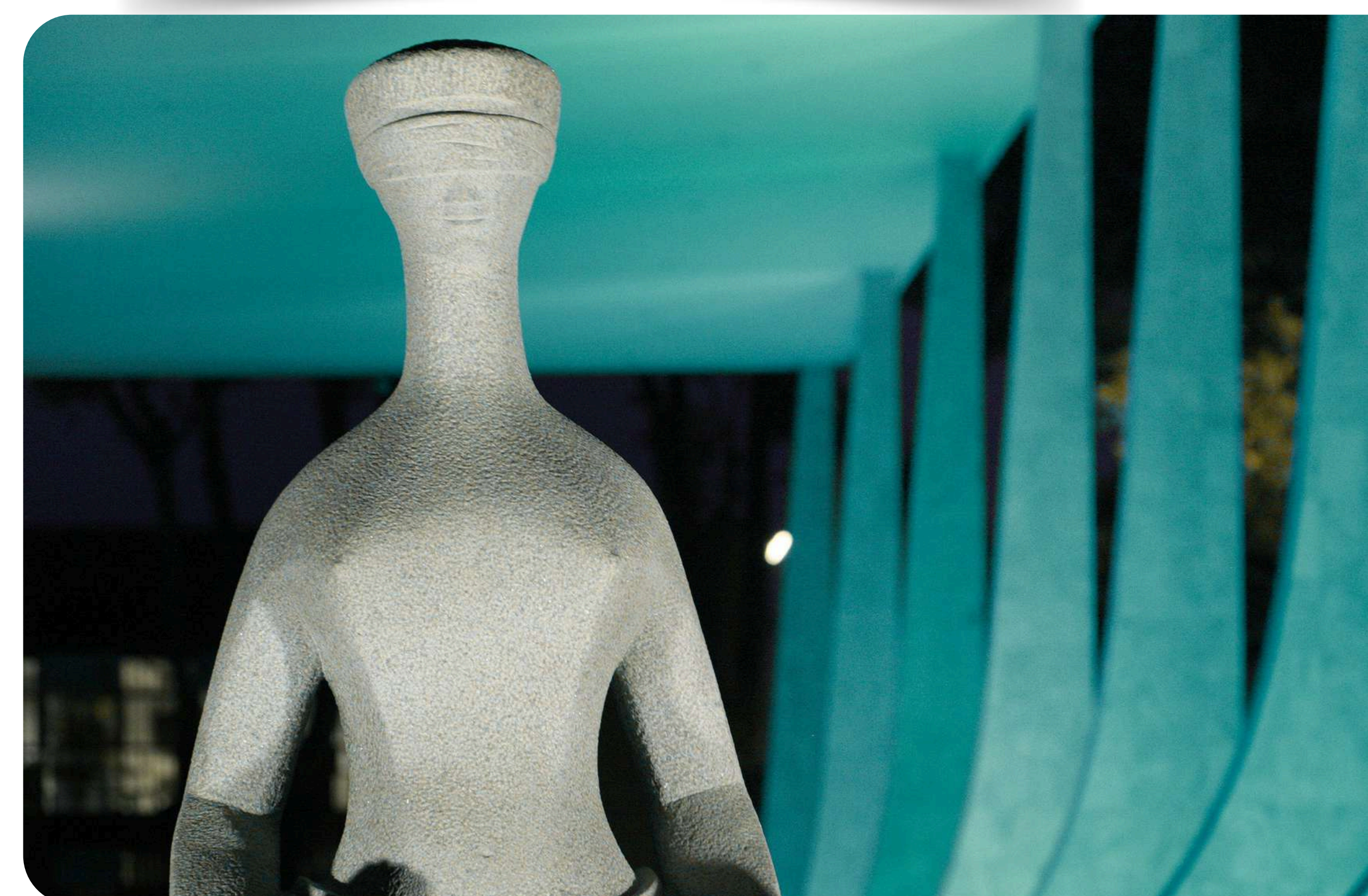
IDC

Instituto de Direito Coletivo

RELATÓRIO ANUAL 2025



2025



Direitos que transformam
Ampliando impacto e
fortalecendo a justiça coletiva

www.direitocoletivo.org.br

Sumário

1	Introdução
3	Governança
5	Rede IDC
7	Percursos Formativos e plataforma de cursos
9	Alfabetização Digital de Idosos
11	Reinserção social de adultos em cumprimento de pena criminal
13	Catador Legal
15	Reciclando o Amanhã - Teresópolis
17	Re.ciclo
19	Reciclando o Amanhã com Educação Ambiental
21	Pró-Catador
25	Menos Plástico, Mais Justiça: ação civil pelos direitos dos catadores
27	Comunidades Resilientes: Mobilização e Justiça para a Proteção Coletiva

29	Risco climático e Mercado Financeiro Fundos de Investimento
31	Fortalecimento do espaço cívico, incidência e participação social
33	Etransparente
35	Sociedade Civil para a Transparência
36	Transparência
37	Advocacy
39	Relações Governamentais
41	Comunicação e mobilização social
43	Fortalecimento Institucional
45	Quem Apoia o IDC
47	Parcerias que ampliam o alcance do IDC
49	Prestação de Contas
51	Agradecimento



Introdução

“

Desde a sua fundação, o Instituto de Direito Coletivo (IDC) trilha uma trajetória pautada pelo **compromisso inegociável** com a justiça socioambiental, a promoção de direitos e a solidez democrática. Sinto muito orgulho de fazer parte desta história.



Tatiana Bastos
Presidente do IDC

Ao longo dos anos, o Instituto de Direito Coletivo cresceu de forma consistente, ampliando parcerias, territórios de atuação e capacidade de incidência.

Em 2025, esse caminho se consolidou de maneira ainda mais evidente: foi um ano de expansão, amadurecimento institucional e fortalecimento de estratégias que posicionaram o IDC em um novo patamar: mais conectado nacionalmente, mais estruturado internamente e com impacto cada vez mais visível na agenda pública.

Uma das principais marcas desse período foi o aprofundamento da **atuação transversal** do Instituto, orientada por eixos temáticos que organizam e conectam suas diferentes frentes de trabalho.

Esses eixos estruturam a atuação do IDC de forma integrada, potencializando resultados, ampliando seu impacto na agenda pública e preparando novos avanços para os anos seguintes.

Inclusão

Promoção da inclusão socioeconômica e do acesso a direitos para populações vulneráveis, como catadores de recicláveis, pessoas idosas, mulheres e jovens em territórios de desigualdade.



Meio Ambiente

Fortalecimento da justiça climática e socioambiental, com incidência sobre políticas de resíduos, riscos climáticos, sustentabilidade e responsabilização ambiental.



Fortalecimento da Democracia

Promoção da transparência, do controle social e da participação cidadã, contribuindo para políticas públicas mais eficazes, abertas e justas.





Governança

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Tatiana Bastos
Presidente

Daniele Teixeira
Suplente

Nelia Quintanilha
Vice-presidente

Raphaela Quintela
Suplente

Augusto Bastos
Vice-presidente

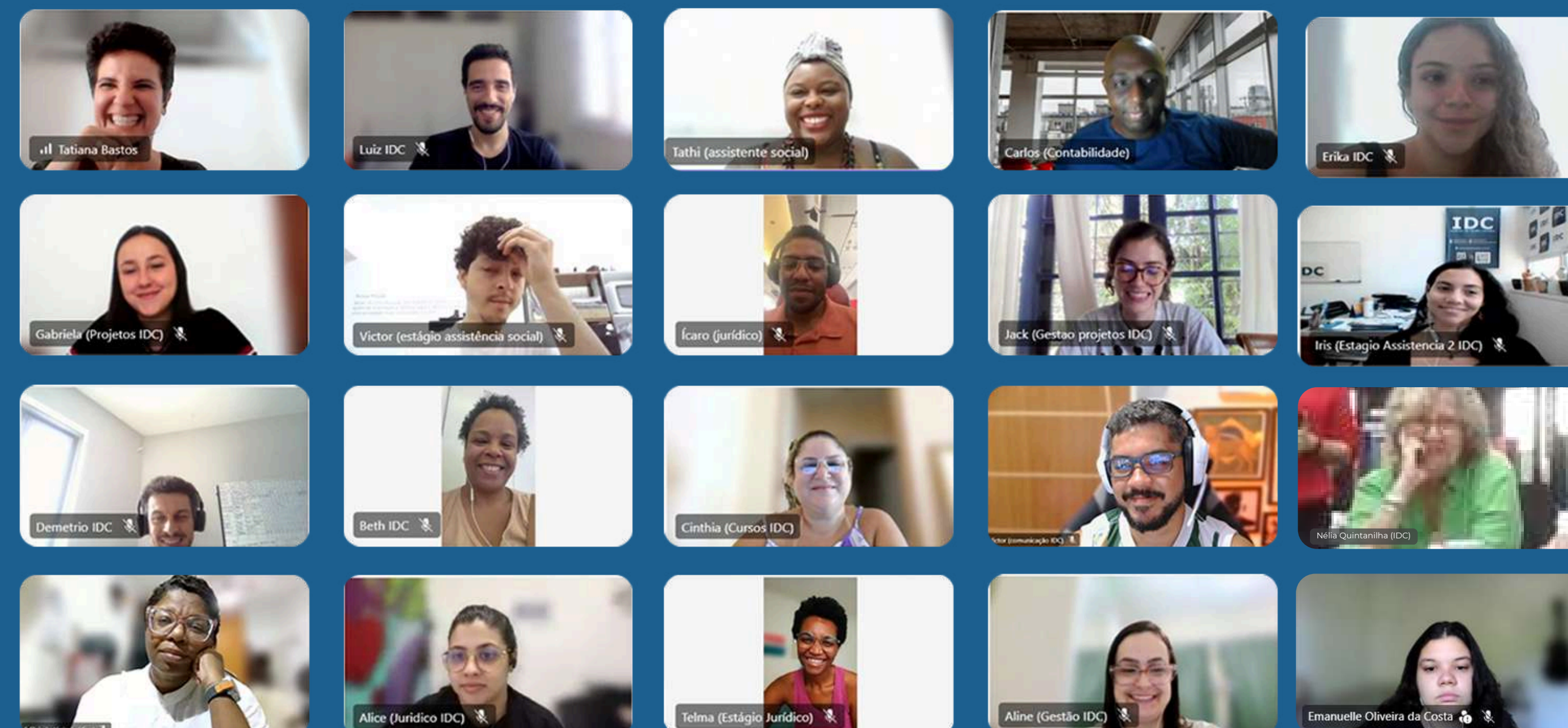
CONSELHO CONSULTIVO

Antônio Carlos de Oliveira
Caio Borges
Denys Roman
Fernando Guilherme Tenório
Flávia Lafaia
Humberto da Mota Filho
Lourdinha Freire Maia
Paulo Renato F. da Silva
Tatiana Assali

CONSELHO FISCAL

Joper Padrão
Presidente
Margarete Pereira
Suplente
Sandra Pedroso
Conselheira Fiscal
Miguel Christino
Conselheiro Fiscal

NOSSA EQUIPE



A governança do **Instituto de Direito Coletivo (IDC)** é marcada pela participação de conselhos especializados e uma equipe comprometida com a justiça social.

Essa estrutura colaborativa assegura que diferentes perspectivas orientem as decisões, **fortalecendo a atuação em defesa dos direitos coletivos.**

Com ética, transparência e eficiência, o IDC trabalha de forma integrada para **transformar realidades e promover inclusão, sustentabilidade e democracia.**

Rede IDC

A Rede IDC é uma iniciativa de articulação e fortalecimento da sociedade civil promovida pelo Instituto de Direito Coletivo, voltada ao apoio contínuo a organizações, coletivos e lideranças comunitárias em diferentes territórios por meio de assessoramento técnico, jurídico, contábil e social.

Em 2025, a atuação da rede concentrou-se no fortalecimento institucional de organizações da sociedade civil e coletivos, apoiando processos de formalização, regularização, certificação e planejamento institucional.

O trabalho incluiu o assessoramento sociojurídico a coletivos ainda não formalizados – como terreiros, cooperativas e grupos vinculados a povos e comunidades tradicionais – com orientação para constituição jurídica, elaboração de estatutos e realização de assembleias. Também foram acompanhadas organizações já constituídas, com apoio para obtenção de certificações, registros em conselhos de políticas públicas, acesso a benefícios fiscais e aprimoramento de práticas de gestão.

Evolução da Rede IDC nos últimos três anos



Paralelamente, o Instituto realizou atendimentos sociais e jurídicos voltados a públicos em situação de vulnerabilidade, incluindo crianças, adolescentes, pessoas idosas, catadores de materiais recicláveis e pessoas em processo de reinserção social após passagem pelo sistema penal.



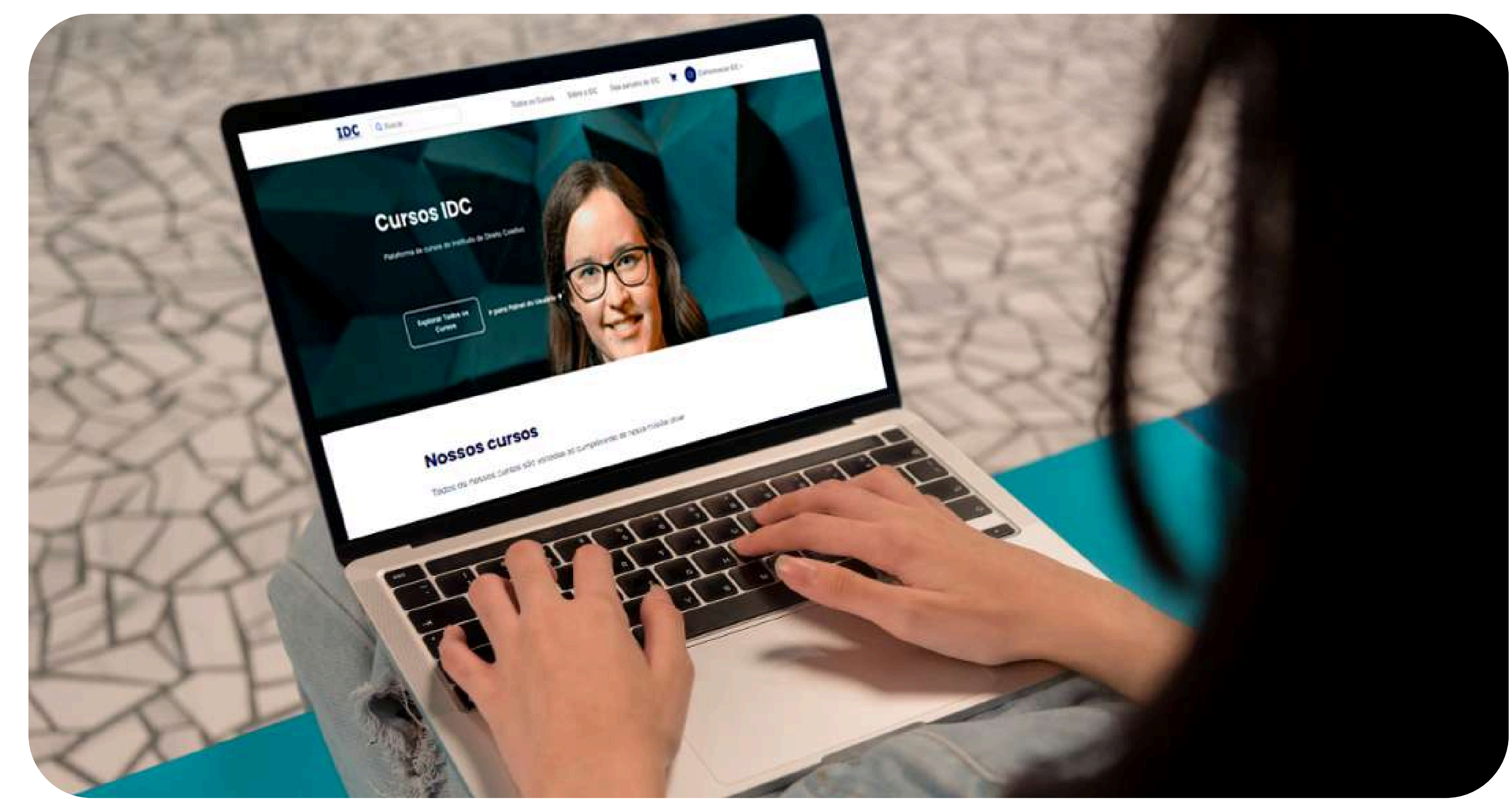
A agenda de fortalecimento da rede foi complementada pela realização de encontros periódicos entre as organizações participantes, promovendo intercâmbio de experiências, apoio mútuo e construção coletiva de estratégias.

Resultados



Percursos Formativos e plataforma de cursos

Atividades formativas promovidas pelo Instituto de Direito Coletivo contribuíram para a qualificação e o fortalecimento da sociedade civil, por intermédio de cursos, encontros e debates sobre assistência social, gestão institucional, direitos humanos, justiça socioambiental e participação cidadã, conectando organizações da sociedade civil, universidades e instituições públicas.



No campo socioambiental, foram realizados seminários e ações formativas sobre tutela coletiva ambiental e Assessoria Técnica Independente (ATI), ampliando o acesso à informação técnica para comunidades afetadas por conflitos socioambientais e fortalecendo o diálogo entre academia, sociedade civil e poder público.

A agenda também incluiu a realização de eventos acadêmicos em parceria com a Pontifícia Universidade Católica (PUC) e a Universidade de Brasília (UnB), além do lançamento de publicações e debates públicos voltados à disseminação de conhecimento, como a apresentação da nova edição da pesquisa Catadores por Menos Plástico, desenvolvida em parceria com a UFF, que ampliou a análise sobre a reciclabilidade de plásticos no Brasil com a participação de cooperativas de catadores e da avaliação de diferentes categorias de produtos.

A atuação do IDC na agenda socioambiental também ganhou projeção internacional com a participação da presidente do Instituto, Tatiana Bastos, como observadora na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), realizada em Belém do Pará, em novembro de 2025.



Resultados



Alfabetização Digital de Idosos

O projeto **Alfabetização Digital para Idosos**, desenvolvido em parceria com a Cáritas Arquidiocesana, promoveu a inclusão digital e o fortalecimento da autonomia de pessoas com mais de 60 anos, ampliando o acesso às tecnologias e aos serviços disponíveis no ambiente online e contribuindo para o exercício da cidadania e a redução de barreiras no acesso à informação.



Além da formação técnica, a iniciativa também se consolidou como um espaço de convivência e aprendizagem coletiva, favorecendo a troca de experiências, o surgimento de novas amizades e o incentivo mútuo entre os participantes para continuar aprendendo e superar desafios.

Muitos relataram que a experiência despertou um renovado sentimento de autonomia e valorização pessoal, demonstrando que nunca é tarde para descobrir novas possibilidades.



DEPOIMENTO DE PARTICIPANTE

"Meu nome é Rosângela Oliveira, sou grata a todos da IDC, foi muito rica minha aprendizagem, claro que o tempo é curto, tenho 66 anos e nesse pouco tempo aprendi ligar o meu notebook, passar email, anexar doc, muitas coisas bobas, como dizem os jovens, mas pra mim era muito difícil ❤️ gratidão!
Espero que vocês continuem com o projeto, pois ainda tenho muito que aprender 🙌🙏"

Resultados



48

idosos participaram do projeto



Foram lecionadas

40h

horas de atividades formativas

Reinserção social

de adultos em cumprimento de pena criminal

Foi dada continuidade às ações de reinserção social de pessoas em cumprimento de pena criminal, desenvolvidas em articulação com a Vara de Execuções Penais (VEP) e a Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas (VEPEMA).



Em 2025, além das ações já realizadas nesse campo, foi firmado termo de cooperação com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), ampliando as possibilidades de participação de pessoas em cumprimento de pena em atividades institucionais e projetos desenvolvidos pela organização.

Ao longo do período, o Instituto contou com a colaboração de pessoas vinculadas a essas medidas que atuaram em atividades de apoio às rotinas institucionais e a diferentes projetos.

Os participantes contribuíram em tarefas administrativas, organização de atividades, apoio logístico e suporte a ações realizadas pela equipe técnica.

Mais do que apoio operacional, essa experiência proporciona vivências de trabalho, responsabilidade e pertencimento, além de fortalecer processos de reintegração social e reafirmar o compromisso com a promoção de justiça social e inclusão.

Resultados



8
Colaboradores
mobilizados



Mais de
2.000h
de serviços prestados

Catador Legal

O programa **Catador Legal** seguiu, em 2025, reforçando o apoio às cooperativas de catadores de materiais recicláveis integrantes da Rede IDC, com o objetivo de fortalecer sua organização institucional e promover a inclusão socioeconômica da categoria.

A iniciativa ofereceu assessoramento técnico, jurídico, contábil e socioassistencial, contribuindo para processos de regularização jurídico-contábil.



Ao longo do período, foram prestadas orientações voltadas ao cumprimento de exigências legais e administrativas, incluindo demandas relacionadas ao licenciamento ambiental, obtenção de inscrição estadual e emissão de alvarás, etapas importantes para a consolidação das atividades e ampliação das oportunidades de atuação dessas organizações no mercado da reciclagem.



A partir da metade do ano, o Instituto também passou a oferecer apoio contábil específico às cooperativas, auxiliando no cumprimento de obrigações fiscais e no envio de declarações.

Resultados



21
Cooperativas
atendidas



Atuação em
9
Municípios

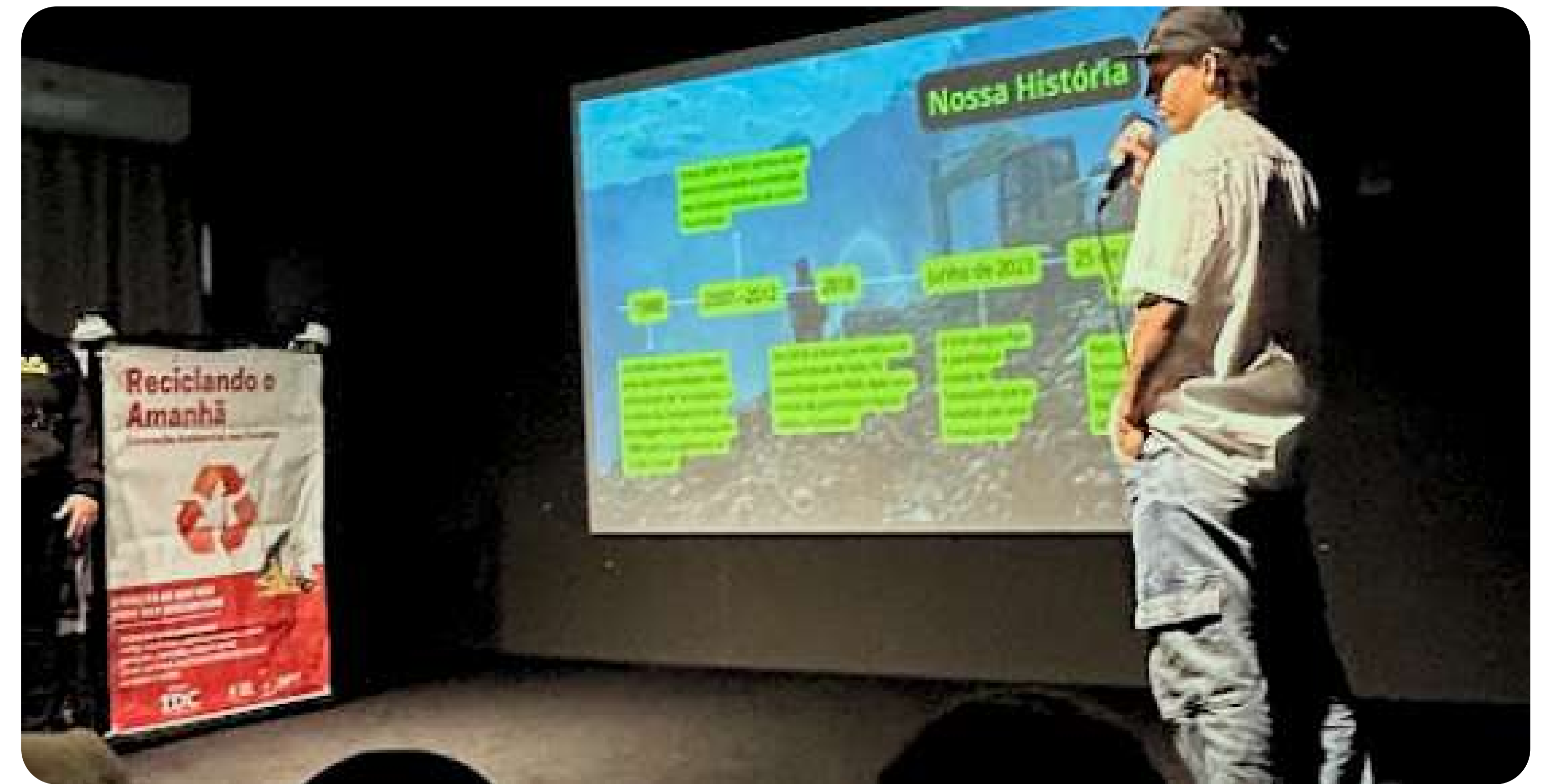
Reciclando o Amanhã

Teresópolis

O projeto **Reciclando o Amanhã: Teresópolis** concluiu seu terceiro e último ano de execução, consolidando uma iniciativa iniciada em 2023 em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT) para promover a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis e fortalecer a gestão sustentável de resíduos no município de Teresópolis(RJ).



As ações foram estruturadas em três eixos principais: fortalecimento institucional da Cooperativa Fênix, com apoio à organização administrativa, contábil e fiscal e ao aprimoramento da gestão; formação e capacitação, com destaque para a parceria com a Universidade Estácio de Sá na oferta de capacitação para mulheres catadoras no âmbito do Projeto Reciclo; e educação ambiental e articulação territorial em colégios públicos estaduais, por meio de termo de cooperação com a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ) e da implementação de ecopontos em escolas de Teresópolis(RJ).



Ao final de seu ciclo, o projeto evidencia o potencial da articulação entre sociedade civil, universidades, poder público e instituições parceiras para promover a inclusão produtiva de catadores e fortalecer políticas locais de gestão de resíduos.

Resultados



Re.ciclo

O projeto **Re.ciclo: Construindo novas oportunidades para mulheres e jovens do Lixão do Fischer** foi desenvolvido como desdobramento das ações do Reciclando o Amanhã, ampliando a atuação do Instituto de Direito Coletivo em Teresópolis(RJ) na promoção da inclusão socioeconômica e do protagonismo feminino.



A iniciativa buscou apoiar mulheres vinculadas à realidade do antigo lixão na construção de novas oportunidades de trabalho e renda, por meio de capacitação profissional, acompanhamento social e articulação com o mercado de trabalho local.

A formação incluiu atividades voltadas ao desenvolvimento pessoal, qualificação profissional e preparação para o mercado de trabalho, além de mentorias individuais e incentivo à continuidade dos estudos.

O projeto também promoveu encaminhamentos para serviços públicos de assistência social e saúde e contou com a articulação de parceiros institucionais e do setor privado, como o CRAS Prata e empresas do comércio local, que colaboraram com processos seletivos e oportunidades de inserção profissional.

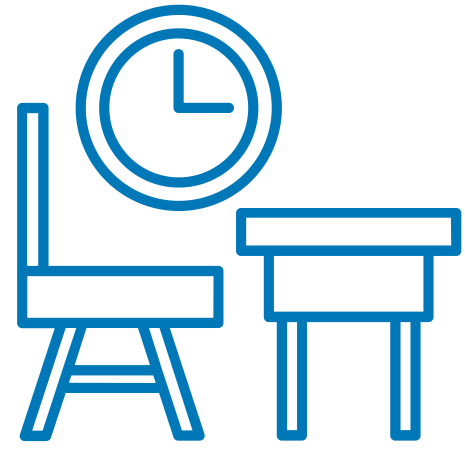
O ciclo formativo foi encerrado com uma cerimônia de certificação e seguido pela oferta de um minicurso de Qualidade no Atendimento e Excelência em Serviços, ampliando as competências das participantes. Mais do que uma capacitação, o RE.CICLO representou um ponto de partida para novas trajetórias, fortalecendo a autonomia, a confiança e as perspectivas de inserção produtiva das participantes.

Resultados



21

alunas inscritas entre 22 e 45 anos



49h

de atividades formativas

85%

das alunas concluíram o projeto

Mais de 75%

das concluintes participaram de entrevistas de emprego nos meses subsequentes ao projeto

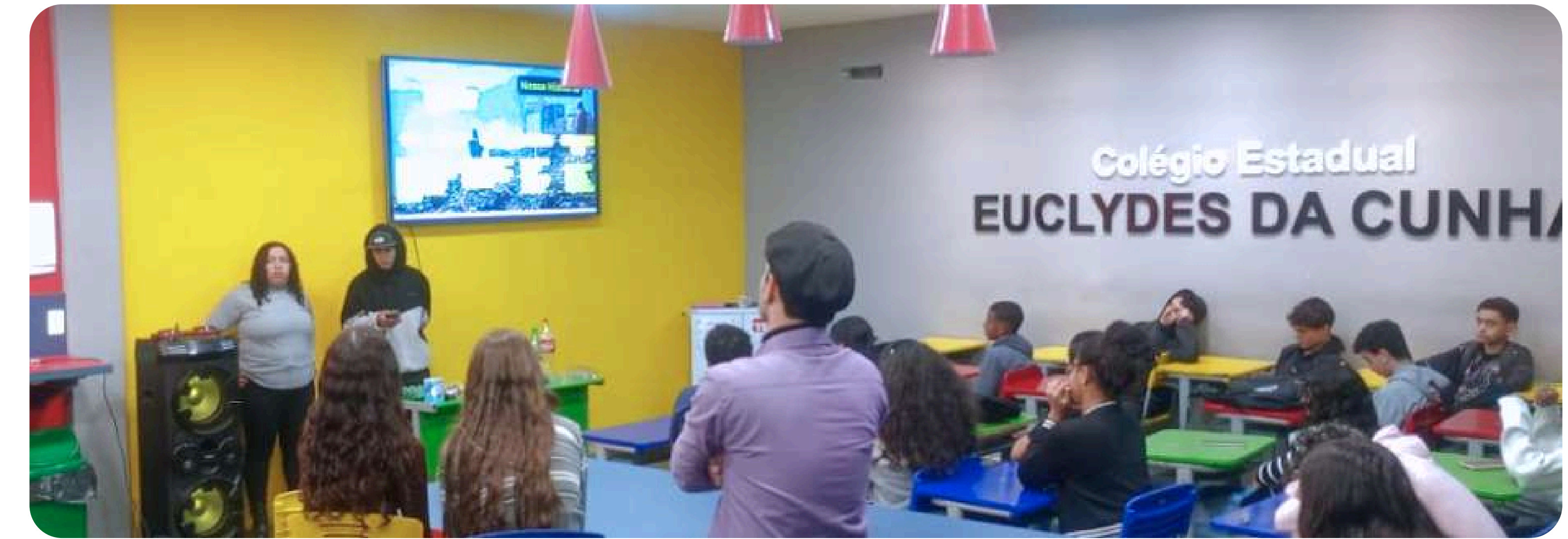
45%

da concluintes já estavam inseridas no mercado de trabalho formal ao final do projeto

Reciclando o Amanhã com Educação Ambiental

A componente de **educação ambiental** do projeto Reciclando o Amanhã destacou-se como estratégia para fortalecer a cultura da reciclagem e ampliar a conscientização sobre a gestão adequada de resíduos em Teresópolis(RJ).

As ações foram realizadas em escolas estaduais, envolvendo estudantes, professores, equipes gestoras e a comunidade escolar em atividades sobre coleta seletiva, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e preparação para eventos climáticos extremos.



O trabalho incluiu reuniões de planejamento com as escolas, visitas técnicas para diagnóstico dos resíduos gerados e definição da logística de implementação de ecopontos.

As atividades educativas combinaram palestras, oficinas participativas e metodologias interativas — como debates orientados, mapeamento do entorno escolar com apoio do Google Earth e jogos educativos — estimulando a reflexão sobre os desafios ambientais do território.



Na etapa prática, foram instalados coletores “Ecobag” nas unidades participantes, com a participação da Cooperativa Fênix, que dialogou com os estudantes sobre o impacto social, ambiental e econômico da coleta seletiva, aproximando o conteúdo das atividades da realidade do trabalho dos catadores e fortalecendo sua integração às práticas locais de gestão de resíduos.

Resultados



Atuação em
8
escolas
estaduais



Participação de
33
Turmas



Participação de
1.139
Alunos do ensino médio

Pró-Catador

O **Projeto Pró-Catador**, iniciado em 2025, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio de Janeiro (SEBRAE/RJ), ampliou a atuação do Instituto de Direito Coletivo no fortalecimento da cadeia da reciclagem ao integrar ações voltadas tanto às cooperativas quanto aos catadores autônomos.



A iniciativa foi estruturada para promover capacitação, assessoramento técnico e articulação institucional, integrando dimensões sociais, ambientais e econômicas e contribuindo para a garantia de direitos e a valorização do trabalho desses profissionais.

Na frente voltada às cooperativas, foram realizados diagnósticos organizacionais e análises situacionais em diferentes municípios do estado do Rio de Janeiro, avaliando aspectos legais, administrativos, produtivos, de infraestrutura e segurança, além das relações institucionais e das práticas de coleta seletiva, com o objetivo de orientar melhorias na gestão e fortalecer a estrutura organizacional dessas iniciativas.



Paralelamente, a componente direcionada aos catadores autônomos concentrou esforços na mobilização e no atendimento de trabalhadores em situação de vulnerabilidade social, mediante articulação com a rede pública de assistência social, instituições de justiça, universidades e organizações da sociedade civil.



Nesse contexto, foram estabelecidas parcerias com Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), a Defensoria Pública, a Justiça Itinerante do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a Cáritas, a Universidade Federal Fluminense (UFF), além de cooperativas e organizações locais de catadores.

Tais articulações ampliaram o acesso dos trabalhadores a serviços de documentação, orientação social e oportunidades de qualificação profissional. As ações incluíram capacitações sobre sustentabilidade, saúde e cuidados pessoais, educação financeira e acesso a direitos, realizadas em diferentes territórios e também em unidades do sistema prisional, em parceria com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP/RJ).



Em etapa posterior, o projeto avançou para o aprofundamento do assessoramento técnico às cooperativas, com atividades formativas sobre aspectos legais e análise de documentação institucional, fortalecendo a segurança jurídica e administrativa das organizações participantes e ampliando seu potencial de inserção na cadeia da reciclagem.

Resultados



Menos Plástico, Mais Justiça

ação civil pelos direitos dos catadores

O Instituto de Direito Coletivo deu continuidade ao projeto **“Menos Plástico, Mais Justiça: ação civil pelos direitos dos catadores”**, iniciado em 2024, com o objetivo de transformar os resultados da pesquisa Catadores por Menos Plástico em incidência jurídica concreta.

A iniciativa busca responsabilizar judicialmente empresas pela produção e comercialização de embalagens plásticas de baixa reciclabilidade, exigindo reparação pelos danos socioambientais e pelo impacto econômico dessa prática sobre o trabalho das cooperativas de catadores.



Nesse contexto, a segunda fase da pesquisa, realizada em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF), aprofundou a análise sobre os impactos da baixa reciclabilidade dos plásticos na cadeia da reciclagem, identificando perdas de horas de trabalho na triagem, impactos na renda das cooperativas e falhas na logística reversa.

Resultados



26
Cooperativas
mobilizadas



12
municípios
representados

PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA

O plástico representa parcela expressiva dos rejeitos identificados nas análises realizadas, correspondendo a 45% na 2ª fase e 64% na 1ª fase do total de rejeitos.

Permanece como principal componente entre os rejeitos, evidenciando falhas estruturais na reciclabilidade e na logística reversa.

Perda financeira estimada entre R\$ 1,2 mil e R\$ 3,7 mil por mês por cooperativa, por conta da impossibilidade de comercialização de plásticos de baixa reciclabilidade.

Cada catador perde, em média, 15 horas mensais na triagem de resíduos plásticos que acabam descartados como rejeito.

Forte presença de embalagens da indústria alimentícia e materiais sem identificação adequada de reciclabilidade, dificultando a recuperação dos resíduos.

Resultados reforçam a necessidade de responsabilização dos produtores, investimentos em design circular e fortalecimento da logística reversa

Evidências técnicas subsidiaram estratégias de advocacy e a ação civil pública do projeto Menos Plástico, Mais Justiça, em defesa da renda e dos direitos das cooperativas de catadores.

Comunidades Resilientes

Mobilização e Justiça para a Proteção Coletiva

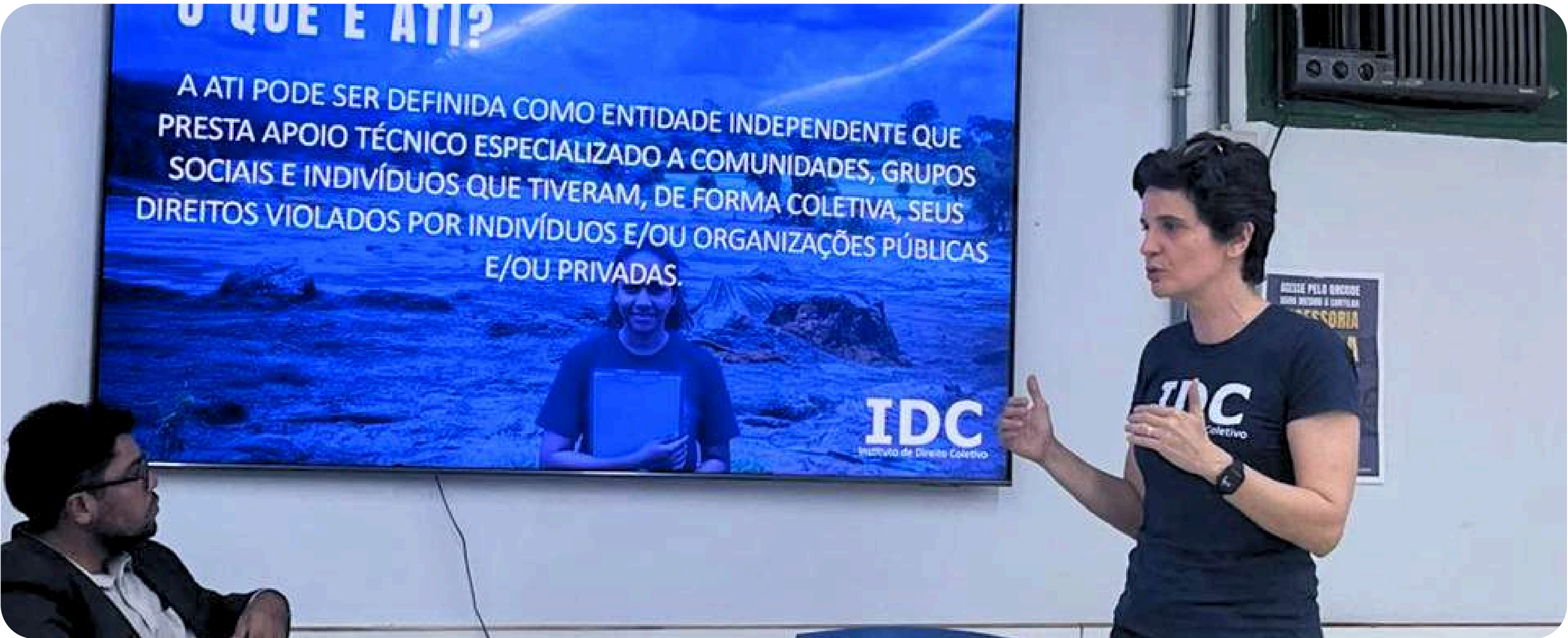
O projeto **Comunidades Resilientes: Mobilização e Justiça para a Proteção Coletiva** foi desenvolvido com o objetivo de fortalecer a resiliência e o acesso à justiça por parte de comunidades vulneráveis a eventos climáticos extremos, mediante ações de mobilização social, capacitação, **incidência política e Assessoria Técnica Independente (ATI)**.

Esse instrumento oferece apoio técnico multidisciplinar a comunidades com direitos coletivos violados, reduzindo desigualdades de informação e fortalecendo sua participação em processos de reparação e tomada de decisão.



No âmbito do projeto, o Instituto publicou, em parceria com o Instituto Clima e Sociedade (iCS) e o escritório Pessoa Valente Advogados, a cartilha Assessoria Técnica Independente: como tornar efetiva a reparação de danos coletivos com a participação ativa das comunidades atingidas, lançada em evento realizado

com a Universidade de Brasília (UnB) e debatida também em seminário promovido na PUC-Rio em parceria com o grupo de pesquisa JUMA.



No campo territorial, as ações concentraram-se no município de Areal (RJ), com a elaboração de proposta metodológica para atuação de ATI extrajudicial e o desenvolvimento de um plano para implantação de **Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDECs)**.

Como parte dessa estratégia, foram realizadas reuniões com o Quilombo Boa Esperança e formalizado termo de parceria com o Município de Areal, com interveniência do Ministério Público, para o desenvolvimento das atividades e fortalecimento das ações locais de prevenção e gestão de riscos.

Resultados



2

Articulações institucionais para implementação da ATI



2

Espaços de incidência e disseminação sobre Assessoria Técnica Independente

Risco climático e Mercado Financeiro

Fundos de Investimento

Em 2025, o projeto **Risco Climático e Mercado Financeiro: Fundos de Investimento** aprofundou a atuação do Instituto de Direito Coletivo na interface entre justiça climática, regulação financeira e transparência no mercado de capitais.



A iniciativa se fundamentou no reconhecimento de que **os riscos climáticos são inerentes aos ativos imobiliários que compõem os Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs)**, podendo impactar diretamente seu valor, desempenho e sustentabilidade no longo prazo, o que torna essencial a adequada divulgação dessas informações ao mercado.

Nesse contexto, foi estruturada uma metodologia de análise voltada à identificação de situações em que a ausência de critérios ambientais e climáticos na gestão e divulgação de informações desses fundos pode comprometer a transparência e afetar a tomada de decisão por investidores.

A metodologia foi desenvolvida com base em pesquisa jurídica, análise de dados e informações obtidas pelos pedidos de acesso à informação, contribuindo para o debate sobre a importância da **transparência climática no mercado financeiro** e para o fortalecimento de práticas de governança socioambiental no setor.

Resultados



Fortalecimento do espaço cívico

incidência e participação social

Em 2025, o **Instituto de Direito Coletivo (IDC)** fortaleceu sua atuação na defesa do espaço cívico, na incidência política e na participação social, ampliando sua presença em instâncias de controle social e formulação de políticas públicas.

O Instituto participou ativamente de conselhos e fóruns como o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS/RJ), o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), o Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência (CEPDE), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA/RJ), o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (COMDEPI-Rio) e o Fórum DCA/RJ.

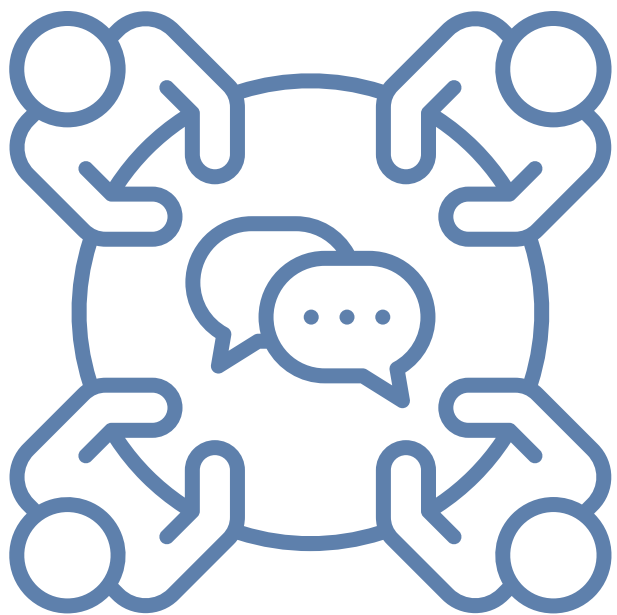


Na agenda ambiental, manteve atuação no Comitê da Bacia Hidrográfica do Guandu, acompanhando temas como qualidade da água, saneamento e a implementação do Plano de Aplicação Plurianual (PAP Guandu 2023–2026), sendo reeleito como representante da sociedade civil para o triênio 2026–2029, além de participar dos quatro Comitês de Monitoramento das concessões de saneamento no estado.

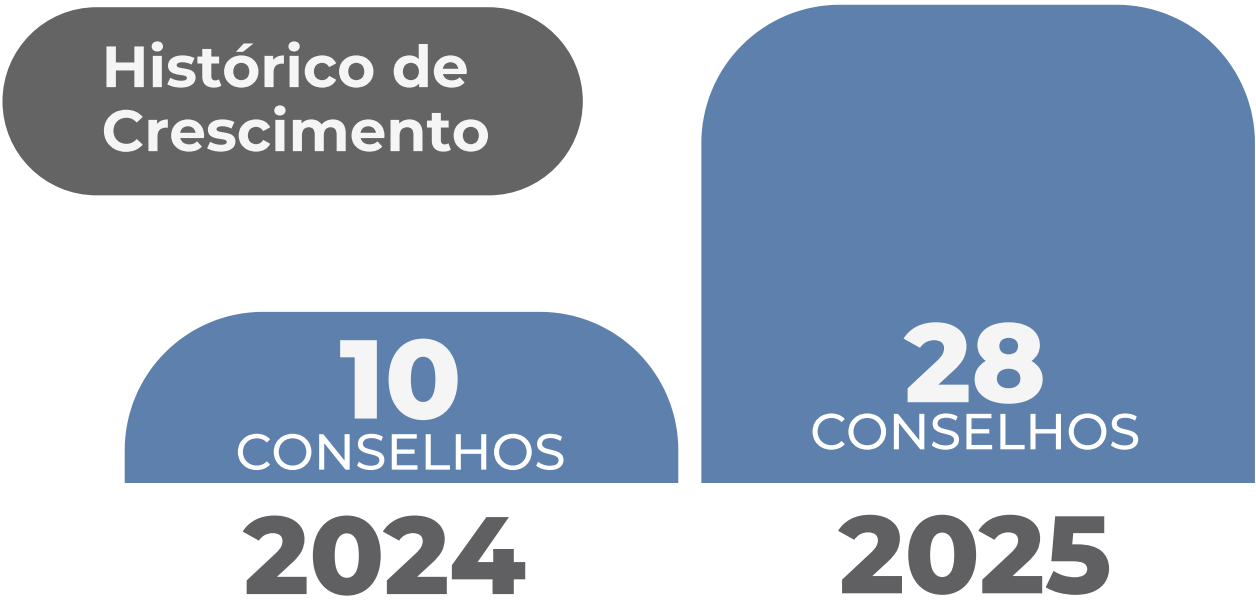


O IDC ampliou sua articulação internacional ao ingressar na **Global Alliance for Incinerator Alternatives (GAIA)**, renovar a parceria com a rede latino-americana **LaClima** e ser admitido como **organização observadora** da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, fortalecendo sua atuação em redes estratégicas globais.

Resultados

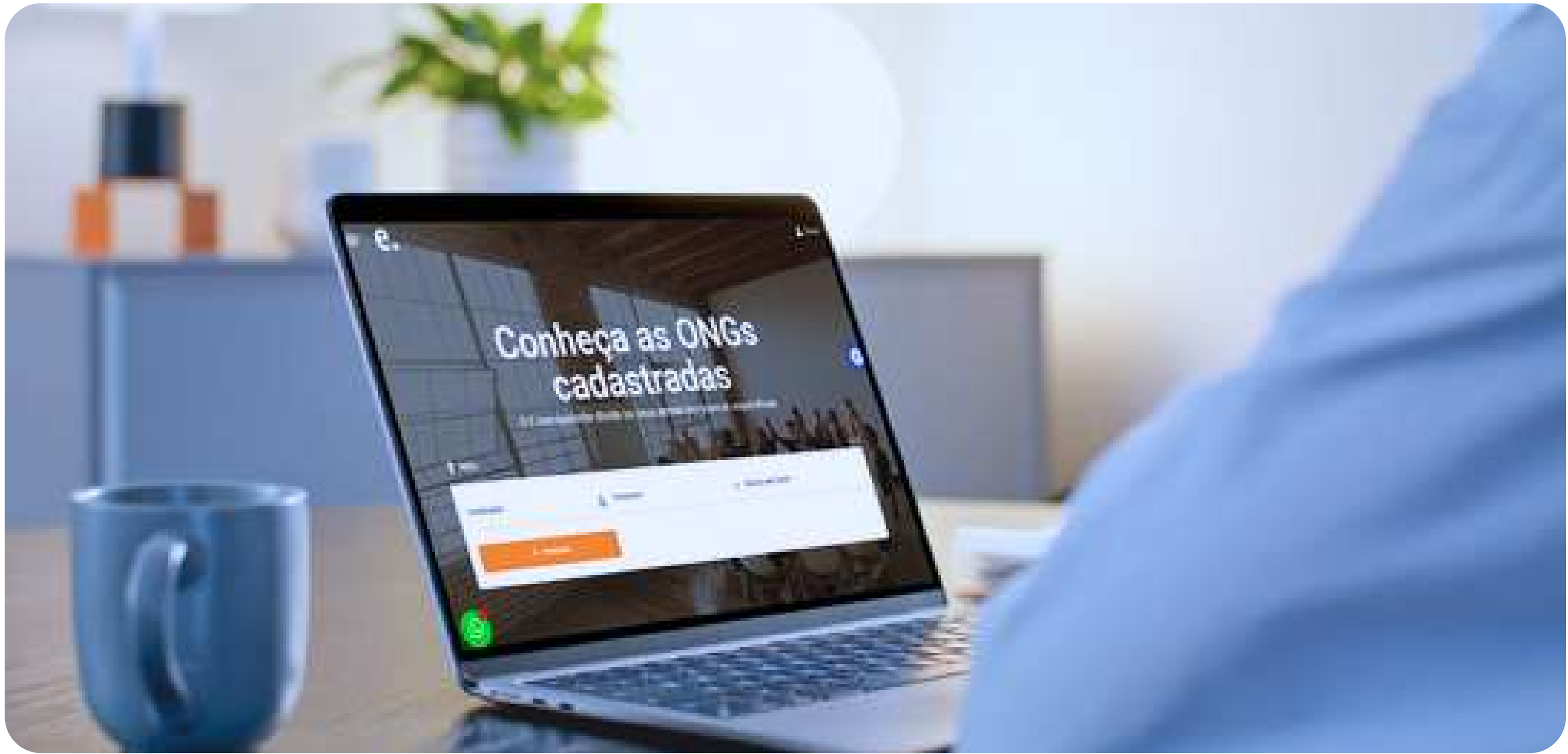


28
Conselhos, Fóruns e Redes com Participação Ativa do IDC



Etransparente

O projeto **Etransparente** seguiu fortalecendo a cultura de transparência e boas práticas no Terceiro Setor por intermédio do acompanhamento técnico contínuo às organizações cadastradas na plataforma.



Ao longo do período, o Instituto de Direito Coletivo realizou atendimentos individualizados e ofereceu suporte às entidades no preenchimento de informações, esclarecimento de dúvidas e organização de dados institucionais, contribuindo para o aprimoramento da gestão e da prestação de contas em conformidade com as diretrizes do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC).

Um dos principais avanços foi a criação da aba “Emendas Parlamentares”, desenvolvida para adequar a plataforma às exigências de transparência e rastreabilidade estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal sobre a execução de emendas parlamentares.

A ferramenta permite que as organizações acompanhem o status das emendas, registrem a aplicação dos recursos e organizem a documentação necessária para a prestação de contas, contribuindo para maior transparência e controle social sobre o uso desses recursos públicos.



[VEJA MAIS](#)

Além de qualificar os processos internos das organizações, a novidade também passou a ser utilizada como estratégia de mobilização para ampliar a rede de instituições participantes da plataforma, fortalecendo um ecossistema comprometido com ética, responsabilidade e transparência.

Resultados



Sociedade Civil para a Transparência

O projeto **Sociedade Civil para a Transparência**, desenvolvido em parceria com a Transparência Internacional – Brasil, avançou em seu segundo ano, fortalecendo o monitoramento da gestão pública e a mobilização cidadã em municípios do estado do Rio de Janeiro.

A aplicação da metodologia do ITGP contou com equipe técnica, estagiários e voluntários capacitados, com processos de verificação para garantir rigor na análise dos dados.

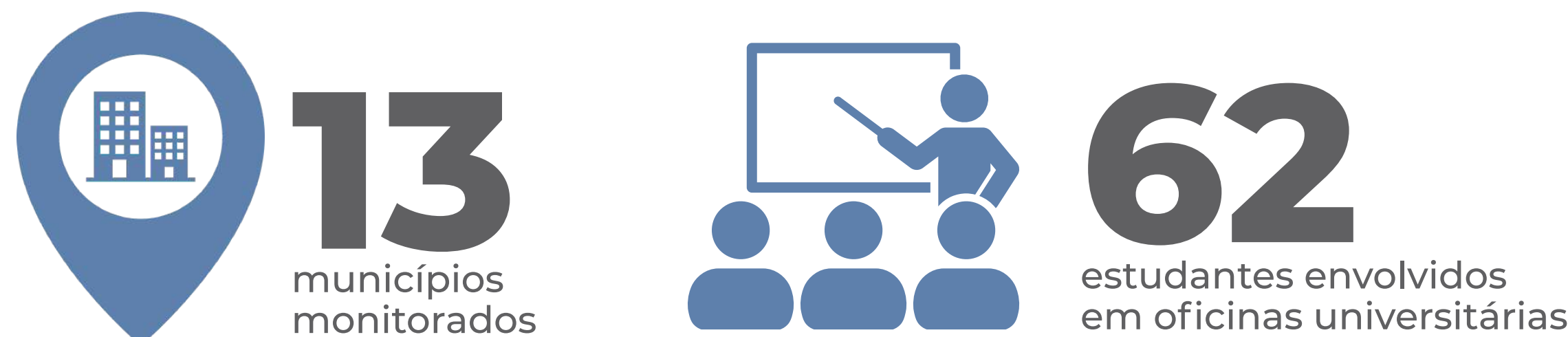


O projeto ampliou o engajamento das prefeituras avaliadas e o número de entidades cadastradas na plataforma etransparente.org.

Também foram promovidas ações de educação fiscal e controle social com estudantes e universidades, em parceria com o GEFE-RJ e instituições como UNIGRANRIO, Celso Lisboa e UNIRIO.

No plano institucional, o IDC participou da reunião nacional do projeto, realizada em São Paulo pela Transparência Internacional – Brasil, voltada ao intercâmbio de experiências e ao fortalecimento de iniciativas de transparência e integridade pública.

Resultados



Transparência

O IDC manteve o uso estratégico da Lei de Acesso à Informação (LAI) para monitorar políticas públicas e fortalecer o controle social, com solicitações voltadas especialmente às áreas de gestão ambiental, logística reversa, inclusão produtiva de catadores, infraestrutura pública e políticas de saúde.

As demandas incluíram a análise de contratos que envolviam cooperativas de catadores e pedidos de informações sobre temas ambientais, como processos relacionados à incineração de resíduos, além da identificação de boas práticas e oportunidades de parceria entre governos locais e cooperativas apoiadas pelo Instituto.

Também se destacaram ações de acompanhamento de políticas públicas e produção de conhecimento para incidência institucional.

O IDC ainda investiu em formação cidadã sobre transparência, com a elaboração e divulgação da aula “Introdução à Lei de Acesso à Informação”, e ampliou o acesso da sociedade a ferramentas de fiscalização e participação democrática.

Resultados



Advocacy

O IDC intensificou suas ações de advocacy e incidência institucional e articulou a produção de conhecimento, diálogo com o poder público e uso estratégico da Lei de Acesso à Informação com intuito de fortalecer políticas públicas nos campos da inclusão social, justiça ambiental e democracia.

Um dos principais destaques foi a incidência derivada da pesquisa “Catadores por Menos Plástico”, realizada em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF), o GAIA e a Break Free From Plastic.

O estudo mobilizou cooperativas e catadores em municípios do estado do Rio de Janeiro e revelou um desafio estrutural na cadeia da reciclagem: grande parte dos resíduos classificados como rejeitos é composta por plásticos que, embora tecnicamente recicláveis, não são economicamente viáveis em razão do baixo valor de mercado, da dificuldade de formação de cargas comerciais ou da ausência de compradores.

Os resultados reforçam a necessidade de maior responsabilização das empresas produtoras de embalagens, conforme previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Como estratégia de incidência institucional, o IDC levou os resultados ao debate legislativo, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), e contribuiu para a formulação de projeto de lei em tramitação.



O Instituto também elaborou nota técnica com sugestões ao debate legislativo, incluindo remuneração justa das cooperativas

pelos serviços ambientais prestados, restrições a embalagens não recicláveis, padronização de contratos municipais com cooperativas de catadores e metas efetivas de reciclabilidade para embalagens.

Além dessa agenda, o IDC atuou em outras frentes de incidência institucional, como a elaboração de nota técnica sobre proposta de isenção de IPTU para imóveis utilizados por grupos de apoio, pesquisas e pedidos de acesso à informação sobre licenciamento de usinas de incineração de resíduos, envio de manifestações às Promotorias de Justiça sobre irregularidades ambientais e encaminhamentos a órgãos públicos relacionados ao atendimento de crianças e adolescentes com deficiência.

No campo jurídico e da incidência pública, o Instituto também participou da elaboração e do protocolo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade relacionada ao chamado “PL da Devastação”, além de ampliar sua presença no debate público por meio da publicação de artigos, concessão de entrevistas e menções na mídia sobre temas como licenciamento ambiental e gestão de resíduos.

O IDC ainda iniciou articulações sobre a proposta de alteração da legislação referente às equipes mínimas nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), com base em levantamento técnico próprio, tema que seguirá em debate e incidência ao longo de 2026.

Resultados



3

Emendas ou contribuições incorporadas em projetos legislativos



5

Projetos de lei influenciados ou apoiados



1

Ação Direta de Inconstitucionalidade protocolada



13

Notas e contribuições técnicas para proposições legislativas

Relações Governamentais

Em 2025, o Instituto de Direito Coletivo (IDC) inaugurou uma frente estratégica de Relações Governamentais e ampliou sua atuação junto a órgãos públicos e espaços de formulação de políticas em nível nacional.

A iniciativa representa o amadurecimento institucional do Instituto, consolidando práticas de *advocacy* já presentes em seus projetos e fortalecendo o diálogo com parlamentares, governos e redes da sociedade civil, em conexão com iniciativas como o projeto Comunidades Resilientes: Mobilização e Justiça para a Proteção Coletiva e com a agenda de justiça climática, ambiental e social.



Ao longo do ano, o IDC ampliou sua presença em Brasília, estabelecendo interlocução com o Congresso Nacional e participando de articulações no campo socioambiental.

A equipe realizou reuniões com parlamentares e assessorias, apresentando agendas prioritárias do Instituto e contribuindo para debates sobre licenciamento ambiental, direitos coletivos e participação social.

O IDC também participou das atividades da Frente Parlamentar Ambientalista, incluindo o Grupo de Trabalho de Orçamento, e atuou em incidências relacionadas a propostas legislativas de grande impacto, como o chamado “PL da Devastação”.

A atuação também fortaleceu o trabalho em rede, com articulação junto a organizações nacionais e internacionais da agenda ambiental e de acesso à justiça, incluindo iniciativas conjuntas como posicionamentos públicos e notas técnicas sobre projetos legislativos em tramitação.

Tais iniciativas representam um passo importante no processo de nacionalização do desempenho do IDC, ampliando sua capacidade de transformar evidências técnicas e demandas sociais em propostas de políticas públicas comprometidas com a justiça social, ambiental e democrática no Brasil.

Resultados



Comunicação e mobilização social

A área de Comunicação do IDC atuou de forma estratégica para ampliar a visibilidade institucional, fortalecer o engajamento com a sociedade e potencializar o impacto das iniciativas do Instituto, utilizando a comunicação também como instrumento de incidência pública em temas como justiça socioambiental, transparência, inclusão social e democracia.

Ao longo do ano, as ações deram suporte à divulgação de projetos, cursos, pesquisas e campanhas institucionais, com destaque para a mobilização em torno do Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP), o que estimulou o debate sobre transparência em municípios do estado do Rio de Janeiro.

Campanha ITGP 2025

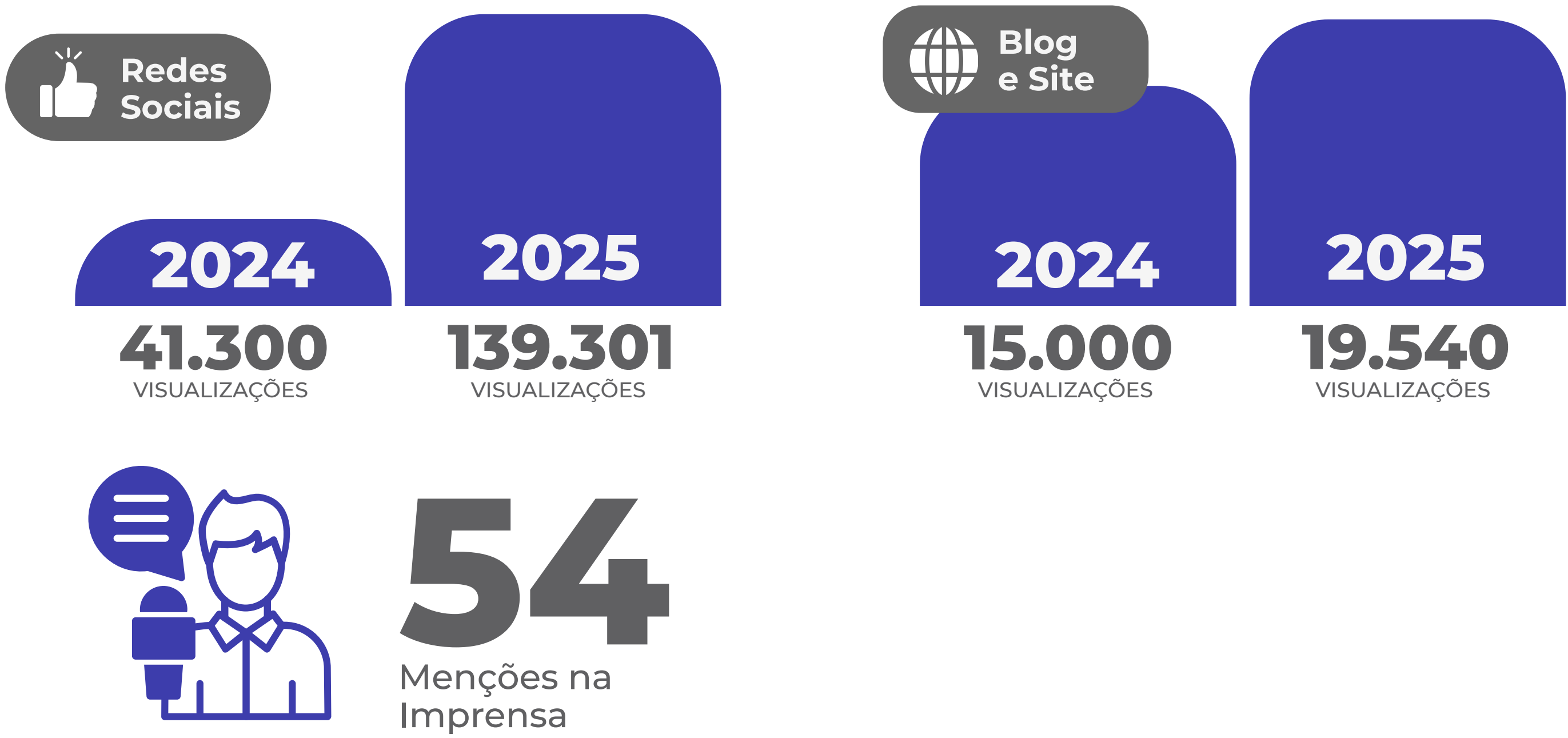
A repercussão da pesquisa “Catadores por Menos Plástico” ocasionou ampla cobertura na imprensa e contribuiu para ampliar a visibilidade do trabalho dos catadores e do debate sobre redução do plástico e gestão de resíduos.

IDC na mídia

Pesquisa “Catadores por Menos Plástico”

A comunicação também destacou avanços institucionais, como a entrada do IDC na Global Alliance for Incinerator Alternatives (GAIA), e posicionamentos públicos sobre temas de interesse coletivo, fortalecendo a presença do Instituto no debate público e conectando suas iniciativas a uma agenda mais ampla de transformação social.

Indicadores de crescimento do engajamento

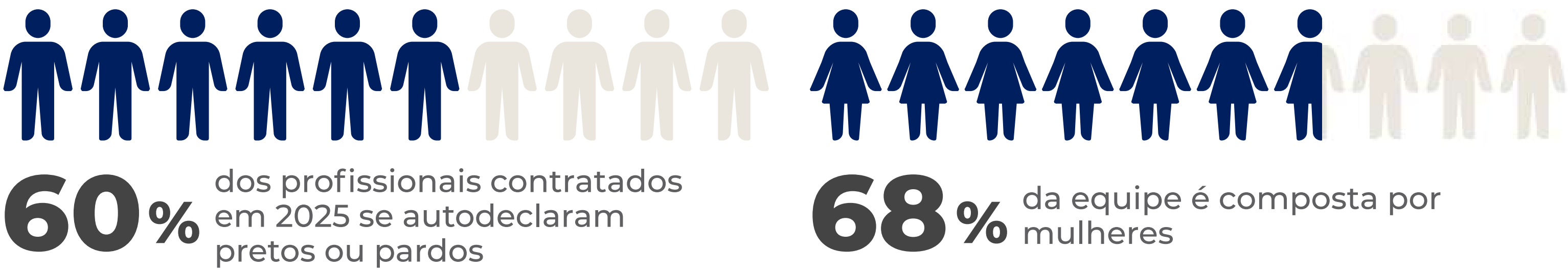


Fortalecimento Institucional

O ano de 2025 marcou um importante momento de crescimento e amadurecimento institucional do Instituto de Direito Coletivo (IDC).

A ampliação dos projetos, o aumento do impacto das ações e a consolidação de novas frentes de atuação vieram acompanhados da expansão da equipe, formada por profissionais diversos, multidisciplinares e altamente qualificados, comprometidos com a promoção dos direitos coletivos.

Nesse processo, o Instituto também avançou na valorização da diversidade e da representatividade interna:



Diante desse cenário, o IDC iniciou um movimento estratégico de fortalecimento de sua estrutura interna, investindo na consolidação de práticas de governança e gestão.

Dando continuidade ao processo iniciado em 2024 com a publicação do Código de Ética e Conduta, foram elaboradas a Política de Gestão de Pessoas e a Política de Integração de Novos Colaboradores, estabelecendo diretrizes para relações de trabalho baseadas em transparência, respeito, desenvolvimento profissional e integração à cultura institucional.

As políticas foram construídas mediante metodologias participativas, envolvendo diferentes membros da equipe em processos de escuta, discussão e validação coletiva.

Outro marco foi a publicação da Política de Salvaguarda do IDC, que define princípios e procedimentos para prevenir, identificar e responder a situações que possam colocar em risco a integridade física, emocional ou moral de pessoas envolvidas nas atividades da organização, sobretudo grupos em situação de vulnerabilidade.



VEJA MAIS

Com essa iniciativa, o Instituto reforça seu compromisso com a ética, a proteção de direitos e a construção de ambientes institucionais seguros e responsáveis.





Quem

Apoia o IDC





Parcerias

que ampliam o
alcance do IDC



Secretaria do
Estado de
**Administração
Penitenciária**

**9ª Vara Federal
Criminal**
do Rio de Janeiro



Tribunal de Justiça
do Estado do
Rio de Janeiro



**DEFENSORIA
PÚBLICA | RJ**



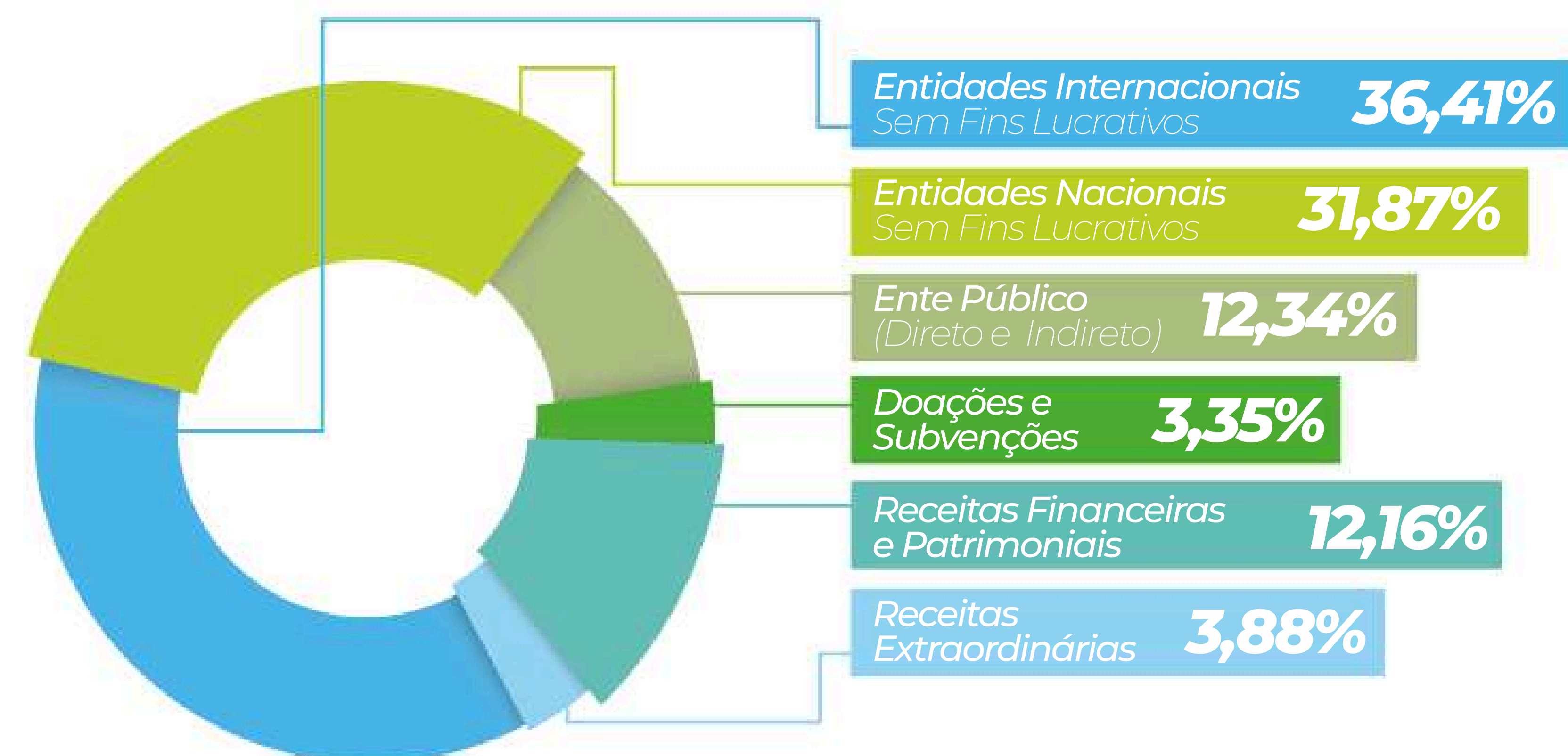
MPT
Ministério Público do Trabalho



Prestação de Contas

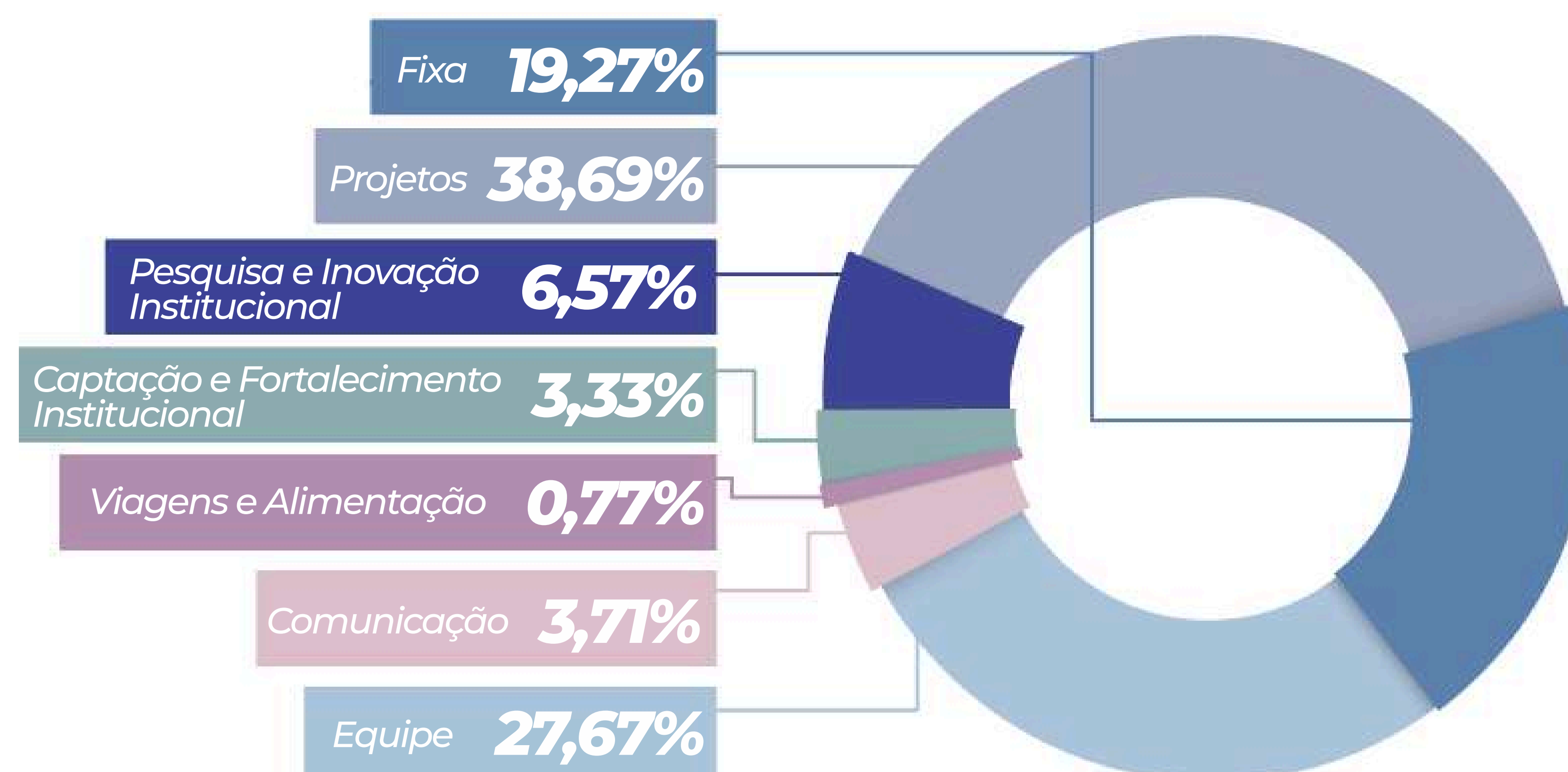
Receita

R\$ 2.131.712,19



Despesa

R\$ 1.969.334,34



Agradecemos

Siga o IDC nas redes



@direitocoletivo



@direitocoletivo



company/instituto-de-direito-coletivo

Nossos contatos



contato@direitocoletivo.org.br



+55 21 99137-2507

Instituto de Direito Coletivo - IDC

Av. Presidente Vargas, 482 - Sala 703
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20.071-000

Faça parte da Rede IDC

Se torne um apoiador

IDC
Instituto de Direito Coletivo

